

A DESCOBERTA CIENTÍFICA POSTA A NU: A HIERARQUIA DOS SABERES

Danilo Mendes Piaia¹

Resumo: Analisando escritos de Foucault, o artigo visa esclarecer sua crítica ao regime de produção da verdade na sociedade contemporânea, mais especificamente à verdade científica. Para construí-la o autor define a ciência como um tipo de saber, situando os saberes no campo discursivo. Os saberes, inclusive os que ostentam o *status* de científicos, são indissociáveis de relações de poder travadas não apenas entre si, no interior do campo dos discursos, como também no domínio não-discursivo. Em nossa sociedade, é o caráter científico de determinados saberes – ou seja, a posição dominante que ocupam na hierarquia dos saberes – que lhes permite produzir verdade. A verdade científica é então desconstruída por Foucault, que a revela como uma construção histórico-social, fruto de conflitos e relações de dominação.

Palavras-chave: Foucault; ciência; verdade; saber; discurso.

Eu nunca escrevi nada além de ficções, e tenho perfeita consciência disso. Apesar de tudo, eu não gostaria de dizer que estas ficções estão fora da verdade. Acredito que seja possível fazer funcionar a ficção no interior da verdade, introduzir efeitos de verdade num discurso de ficção e, assim, chegar a fazer produzir no discurso, a fazê-lo “fabricar”, alguma coisa que ainda não existe, alguma coisa que se “ficcionalize”. “Ficcionaliza-se” a história a partir de uma realidade política

¹Graduando em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. E-mail: danilopiaia@gmail.com.

*que a torna verdadeira, e “ficcionaliza-se”
uma política que ainda não existe a partir
de uma verdade histórica.²*

A ciência em larga medida se distingue das demais formas de conhecimento do mundo, entre outras características, por sua “busca” pela verdade, executada de maneira regrada e lógica. Entretanto, a origem da cientificidade, entendida como a qualidade de científico, pode ser estudada partir de diferentes pontos de vista – contudo, o ponto de vista epistemológico não é exatamente o que aqui nos interessará.

Ainda que o tema não seja central na obra de Michel Foucault, sem dúvidas o *status* do científico, a hierarquização das formas de conhecimento do mundo por ele presumida, e as relações de poder que aí estão imbricadas foram questões atingidas por suas análises. Desde sua chamada fase *arqueológica*, que abarca suas primeiras publicações, a cientificidade é algo que pode vir a se produzir no campo discursivo. É de sua definição que partiremos para então estabelecermos suas relações com o campo não-discursivo, explorado na fase seguinte do autor, dita *genealógica*.

Situando o saber científico: o campo discursivo

Foucault descarta a existência de uma interligação entre os discursos dos homens através, por exemplo, de uma “consciência coletiva”, e decide partir então “por questão de cuidado com o

²FOUCAULT, Entrevista a Lucette Finas, s. d., apud DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 223.

método e em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos” (FOUCAULT, 1995a, p. 24,). Os discursos são conjuntos finitos, ainda que inumeráveis, de enunciados efetivos – noção que será esclarecida em seguida. Entretanto, o discurso como alvo da análise arqueológica não pode ter sua unidade estabelecida com base em seu *objeto*, nem com base em seus *tipos enunciativos*, seu *sistema conceitual* ou seu *tema*. Não possuindo um princípio de unidade por se tratar de uma *dispersão*, só poderá ser individualizado – isto é, distinguido dos demais discursos como um conjunto– através da análise da “dispersão dos pontos de escolha” (*Ibidem*, p. 42). Estas regras de dispersão serão observadas e constatadas nos mesmos quatro níveis supracitados que são incapazes, por si, de servirem como critério para a delimitação de uma formação discursiva.

Há que se destacar, neste ponto, que a delimitação da formação discursiva não significa apartá-la do não-discursivo (o político, o econômico, etc.). A arqueologia não dispensa, ainda que não seja seu foco, a articulação destas dimensões – que terá maior ênfase na fase genealógica de Foucault. Ao mesmo tempo devemos ter claro que uma formação discursiva definitivamente não é o mesmo que uma ciência, uma disciplina, uma futura-ciência e nem mesmo seu inverso, aquilo que nunca virá a ser científico. A formação discursiva pode ser entendida como um campo anterior (não no sentido cronológico), onde pode ou não vir a se desenvolver, conforme as condições históricas e políticas, um saber considerado científico.

Como tomamos então o discurso como um conjunto de enunciados, faz-se necessária a definição destes. O autor toma a língua como um conjunto finito de regras que possibilitam infinitas expressões, construções de enunciados. Mas o enunciado, elemento irreduzível do discurso, não é o mesmo que frase, proposição ou *speech act*. “Pode-se dizer que havendo frase há enunciado. Entretanto, existem enunciados que não correspondem a frase alguma.” (MACHADO, 1988, p. 167), são então funções de existência – o enunciado se define por ser uma *relação*.

Essa função de existência se dá em quatro relações que o definem: a relação do enunciado com seu “referencial” (aquilo que se enuncia), isto é, a relação de determinadas unidades de signos com o campo de objetos que possibilita sua menção e sentido; a relação do enunciado com aquele que venha a ocupar a posição de seu sujeito, espaço vazio a ser preenchido por diferentes indivíduos; a relação com o domínio de outros enunciados a ele associado, pois não há enunciado independente, todos estão inseridos/associados a um jogo enunciativo; a materialidade do enunciado, ou seja, sua localização e relação de dependência com um determinado campo e contexto institucional.

Há, então, para o autor, correspondência entre enunciado e formação discursiva e entre as quatro funções de existência do enunciado e os quatro tipos de regras de definição (funcionamento da dispersão) da formação discursiva. Nas palavras de Roberto Machado:

um discurso é um conjunto de enunciados que têm seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva. (...) O que interessa à arqueologia não são os discursos possíveis, discursos para os quais se estabelecem princípios de verdade ou de validade a serem realizados; ela estuda os discursos reais, que foram efetivamente pronunciados e que se apresentam como uma materialidade. (*Ibidem*, p. 170).

As positivities de uma prática discursiva, que são “regras [segundo as quais] uma prática discursiva pode formar grupos de objetos, conjuntos de enunciações, jogos de conceitos, séries de escolhas teóricas” (FOUCAULT, 1995a, p. 205), não constituem ainda uma ciência, mas a base sobre a qual ela poderá ou não se erigir – falamos aqui então de um *saber*. Para Foucault, um saber pode ser definido como

o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico (...), o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (...) é também o campo de coordenação e subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam (...) finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso. Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma. (*Ibidem*, p. 206-7).

A arqueologia, descrevendo e definindo uma formação

discursiva como uma prática está analisando um saber, que não é o mesmo que uma soma de conhecimentos ou um “embrião” de ciência, e nem o mesmo que um “saber científico” – que não passa de um tipo específico de saber. O saber é o campo onde pode se desenrolar a história efetiva das ciências, “o espaço em que elas podem se alojar” (FOUCAULT, 2006a, p. 113). O “grau de cientificidade” de um saber, entendido como a obediência de suas proposições a certas leis de construção (FOUCAULT, 1995a, p. 207) não é um julgamento que cabe à arqueologia, mas à epistemologia. O foco da arqueologia de Foucault (MACHADO, 1988, p. 172-3) não está no “limiar de cientificidade”, mas no “limiar de positividade” que caracteriza a existência de um discurso (FOUCAULT, 1995a, p. 211). A análise arqueológica é então anterior ao momento de “cientifização” – aquisição da condição e normatividade científicas – que alguns saberes chegam a atingir, outros almejam, e outros sequer se importam em atingir. A ciência interessa à arqueologia enquanto um saber, não enquanto uma estrutura específica.

As condições políticas e sua relação com o saber: a construção da verdade

Após seus primeiros livros – os estudos de caso e da análise arqueológica propriamente dita –, Foucault muda o direcionamento de suas pesquisas nos anos 70, da arqueologia do saber para sua *genealogia*, entendida como “uma análise histórica das condições políticas das possibilidades dos discursos” (MACHADO, 1988, p. 188). Trata-se de “sua passagem (...) para um campo analítico mais

abrangente que inclui, mais uma vez, os problemas não-discursivos: a passagem para as práticas culturais e a questão do poder” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p.202), sem, entretanto, descartar o que havia estabelecido até então no campo da formação discursiva. O que o interessará nesta fase de sua criação, como veremos, é a importância do *poder* para a constituição do saber.

Foucault como genealogista não busca, na origem das coisas, sua essência, sua pureza – ele sabe que não há o momento metafísico, precioso do surgimento, e tampouco a perfeição que dele se faz ideia. Ele sabe que a origem das coisas é confluência de fatores, estranhos entre si e estranhos em relação à atualidade do objeto. Ele não busca uma história como encadeamento de acontecimentos num sentido evolutivo, que rumo a um destino – a história, para o autor, ainda que coerente é desprovida de sentido.

O genealogista olha para a dispersão, os erros, os desvios, a falta de sentido, e sua atividade “é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – *não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente*” (FOUCAULT, 1995b, p. 21, *itálico meu*). O que aparenta unidade, homogeneidade, ou trazer em si uma essência pura é então fragmentado, revelado como resultado de erros, errâncias e fatores mil. O saber é então encarado pelo autor através desta perspectiva genealógica: não como uma progressiva construção de conhecimentos, de somatória de verdades arduamente desvendadas pelo homem, mas como resultante de uma guerra contínua.

“A genealogia restabelece [reconstrói para nosso

entendimento] os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo casual das dominações” (*Ibidem*, p. 23). É deste jogo que acontece a emergência: o momento, o “não-lugar” em que as forças passam dos bastidores para a cena *sem pé de igualdade* – de onde emergirá a relação de dominação, o exercício do poder. Esta relação desigual se “ritualiza” e se fixa através de regras. As regras não são o civismo vencendo ou impedindo a guerra, uma conversão moral, mas o tornar fixo a reativação e revitalização constante da dominação e da violência: “A regra é o prazer calculado da obstinação, é o sangue prometido” (*Ibidem*, p. 25). É sob este prisma que também entenderemos as regras e normas do fazer científico.

Foucault não analisa, e isto desde sua fase arqueológica, o saber pela perspectiva de seu “progresso” – a não ser que purifiquemos o termo de toda carga moral da qual geralmente se vê investido e o entendamos como uma referência tão somente ao acontecimento, ao desenrolar da luta (que não cessa) da qual emerge o saber: a substituição, o deslocamento, a conquista; e não mais o entendamos como uma referência à caminhada com destino à verdade que estaria contida na pura essência das coisas. Para o autor, “as forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica mas ao acaso da luta” (*Ibidem*, p. 28).

Com a noção de saber Foucault não estabelece fronteiras entre ideologia e ciência. A ciência não é mais a “neutra descoberta” feita pelo indivíduo livre de ideologias, comumente entendidas como

“inverdades” e “descaminhos” a ele impostos por suas condições de existência. Ambos os conhecimentos, o saber científico e a ideologia, estão aqui situados no mesmo nível: para o autor a ideologia não exclui o caráter científico e nem mesmo é contrária a ele. Não se trata então de algo que, infelizmente, pode vir a desvirtuar o fazer científico e torná-lo tendencioso, desviando-o de sua busca da verdade e da essência das coisas. A ideologia do discurso científico deve ser analisada no momento em que a ciência deixa de se identificar com o saber “comum” e se faz destacar – ainda se localizando neste campo. A ideologia está no nível “de sua existência como prática discursiva e de seu funcionamento entre outras práticas” (FOUCAULT, 1995a, p. 210), e é por isso anterior à caracterização científica do saber – donde concluímos então que não teria sentido querer purificá-lo das forças ideológicas.

Estes domínios do saber, assim como o próprio indivíduo, são frutos das condições políticas. “Não há saber neutro. Todo saber é político. (...) por que todo saber tem sua gênese em relações de poder” (MACHADO, 1988, p. 199). Contudo não há uma relação de causalidade entre o poder e o saber – há, na realidade, uma implicação mútua, um se encontra constantemente relacionado ao outro.

O projeto genealógico pode ser sintetizado então na busca de se livrar do sujeito e compreender sua constituição em meio à trama histórica. Não se trata de buscar, no discurso, o que há de “verdadeiro” e o que há de “ideológico” separando o joio do trigo, mas buscar “historicamente como se produzem efeitos de verdade no

interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos” (FOUCAULT, 1995b, p. 07), como estes efeitos de verdade estão associados às relações de poder.

Poder e Saber

Foucault entende o poder de maneira totalmente distinta de como normalmente é entendido na tradição da ciência política e na definição jurídica. O poder não é palpável, não está “encarnado” numa instituição – como o Estado – nem pode ser detido por um sujeito específico – como uma classe, por exemplo. O poder é uma *relação* assimétrica, onde há geralmente uma tendência no modo como ela se desenrolará. Contudo, não se trata de uma relação de dominação absoluta: a possibilidade de reversão da relação ou de resistência a ela, por menor que seja, sempre continua existindo. Estas relações de poder atravessam todo o corpo social, estão presentes nos mais ínfimos detalhes e espaços, formam uma rede que não é determinada nem emana de uma instituição ou sujeito, não possui um centro difusor. Foucault, entretanto, não desconsidera as relações que cruzam o aparelho Estatal ou as relações de poder entre classes sociais, mas não as enxerga como determinantes das relações que costuram a sociedade – entende, sim, que estas relações específicas se sustentam e se erigem sobre esta rede de relações, se aproveitando de determinados tipos de relações de poder enquanto outras escapam de seu domínio.

O poder também não é pura e simplesmente violência, repressão, anulação – ele não é, em suma, apenas negativo, mas

também positivo. Esta “positividade” do poder, longe de quaisquer juízos de valor, se refere a seu caráter criativo, produtivo. As relações puramente repressivas não seriam o bastante, segundo o autor, para garantir a reprodução da obediência.

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, *forma saber, produz discurso*. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (*Ibidem*, p. 08, itálico meu).

Esse caráter produtivo do poder é responsável, na sociedade moderna, pelo adestramento político e econômico do homem. Isto é, pela *produção*³ de individualidades – como demonstra o autor em seus estudos sobre a sociedade disciplinar – “dóceis politicamente” e que possuam “utilidade econômica máxima” (MACHADO, 1988, p. 193).

Contudo, como já comentado, o poder não produz apenas sujeitos mas também domínios de saber. Sob o poder disciplinar da modernidade que individualiza, isto é, produz o homem sintetizado acima é que este se torna objeto da ciência – surgem então as “ciências humanas”. Foucault aqui já não busca mais o *como* que os saberes sobre o homem atingiram a cientificidade, mas o *porquê*

³ É importante destacar que a tomada do ser humano como objeto e efeito de delimitações científicas já estava presente na obra de Foucault desde sua fase arqueológica, em *As Palavras e as Coisas*.

disso, as condições de possibilidade históricas para que isso ocorresse. E o faz ultrapassando o entendimento destas ciências como mera decorrência do que se passa no plano econômico, não as entende então como “efeitos superestruturais”, pois

o que faz a genealogia é considerar o saber (...) como peça de um dispositivo político que, enquanto dispositivo, se articula com a estrutura econômica. Ou, mais especificamente, a questão da genealogia tem sido a de como se formaram domínios de saber a partir de práticas políticas disciplinares (*Ibidem*, p. 198).

Como Foucault não se propõe a construir uma teoria universal, é importante salientar que poder e saber “têm uma relação não causal que deve ser determinada em sua especificidade histórica” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 222), não representam uma identidade e nem sempre significam ou participam de uma estratégia coerente. O poder, através do saber – ou mesmo *como* saber, dada a indissociabilidade de ambos –, produz a individualidade, que não é anterior ao poder nem alvo de sua anulação, mas *feito* do poder – no caso da sociedade moderna, do poder de caráter disciplinar. Ao mesmo tempo, assim como o domínio do saber, também “a verdade não é externa ao poder (...) [portanto] a tarefa a ser realizada não é a de libertar a verdade do poder” (*Ibidem*, p. 223).

A verdade não é a essência que espera para ser descoberta pelos “espíritos livres”, mas uma produção histórico-social.

Produz-se verdade. Essas produções de verdade não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis,

induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam (FOUCAULT, 2006b, p. 229).

Para o autor inexistem a essência natural das coisas: os objetos, saberes e sujeitos não existem “por si próprios” – são, na realidade, “forjados historicamente por práticas datadas que os objetivam, como um trabalho jamais completado” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2001, p. 246). A ideia de prática, cara ao genealogista, contraria a noção de uma evolução ou sentido: todo saber é político e cria ou assegura relações de poder; toda relação de poder constitui um campo de saber.

Sendo histórico-social a produção da verdade, cada sociedade tem seu próprio *regime de verdade*: os mecanismos por meio dos quais um discurso obtém o status de verdadeiro, isto é, que regulam a possibilidade de se enunciar verdades. Nas palavras do autor, na sociedade moderna as características deste regime são:

a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (...); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (...); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (FOUCAULT, 1995b, p. 13).

Este regime de verdade, como é um domínio investido de

poder, mantém outros saberes na condição de dominados. No caso de nossa sociedade é o saber científico que, detendo o status de principal produtor de verdade mantém como *saberes dominados* dois tipos: fragmentos ou “blocos de saber histórico” mascarados em meio a sistematizações e coerências funcionais; e o “saber das pessoas”, que não se trata do senso comum, mas de saberes locais, particulares, que aparecem desqualificados como incompetentes ou insuficientemente elaborados ante o rigor científico (*Ibidem*, p. 170). Percebe-se, então, que o saber científico não produz relações de poder apenas no domínio não-discursivo, mas também as produz com relação aos outros saberes – o poder também se exerce no próprio campo discursivo.

Disso decorre que quando um discurso se diz científico a questão que aqui nos interessa não está em seus procedimentos de verificação e funcionamento, como interessaria à epistemologia, mas a *ambição de poder* que esta intenção de se colocar como uma ciência traz consigo (*Ibidem*, p.172). De quê busca se destacar? Que hierarquias quer estabelecer? É a partir desta hierarquização que, no interior das “instituições de sequestro” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2001, p. 247) da sociedade disciplinar (escolas, quartéis, hospitais, fábricas, etc.) é efetuada a extração dos saberes-experiência das pessoas e, em contrapartida, a inscrição de outros saberes, baseados no esquema científico.

A resistência à verdade científica

É a esta hierarquização de saberes, à produção dominante de

verdades totalizantes e a-históricas efetuada pela ciência que se opõe o projeto genealógico, reativando aquilo que foi hierarquizado abaixo da ciência: os saberes locais, populares, e os saberes contidos nas camadas de lutas e acontecimentos históricos. O que acima explicitamos como os dois tipos de saberes dominados de que fala o autor, situando-os no interior da mesma categoria, se assemelham como “realidade do saber histórico da luta” (FOUCAULT, 1995b, p. 171), luta entendida aqui como resistência no interior das relações de poder. Este acoplamento, operado nas múltiplas pesquisas genealógicas das décadas de 60 e 70, só foi possível pelo desarmamento das teorias englobantes/totalizantes e as hierarquizações por elas produzidas. A genealogia não visa combater apenas conteúdos ou métodos, mas principalmente os efeitos de poder centralizadores do discurso científico.

A questão política da luta, da resistência, não está na crítica dos conteúdos ideológicos envolvidos com a ciência, nem mesmo na aquisição de uma ideologia justa para a prática científica. No centro dessa questão está a própria verdade e seu regime de produção, o desafio é “desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento” (*Ibidem*, p. 14).

Em Foucault a ciência perde a aura da qual normalmente é investida. A razão, a dedicação à verdade e rigor científicos, a liberdade de consciência como o elo à verdade? Para o filósofo, na raiz disso tudo está o acontecimento, o acidente, a inversão de forças em meio à luta. “O que se encontra no começo histórico das coisas

não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate” (*Ibidem*, p. 18). A análise genealógica da figura do cientista, aquele que “em sua atenção aparentemente desinteressada, em sua ‘pura’ ligação à objetividade” coleciona e registra fatos, que argumenta para demonstrar ou refutar – a análise desta personagem nos revelará que na raiz de seu ofício estão “a papelada do escrivão ou as defesas do advogado” (*Ibidem*, p. 21). A imagem do paladino da razão, descobridor da verdade mais pura possível – personagem que emerge e adquire vulto junto com a modernidade – é o que Foucault recusa definitivamente ao revelar a configuração do jogo de poder e dominação que cruza o saber que em nossa sociedade ostenta o *status* de científico.

BIBLIOGRAFIA

COIMBRA, Cecília M. B.; NASCIMENTO, Maria Livia. *O Efeito Foucault: Desnaturalizando Verdades, Superando Dicotomias*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília: Universidade de Brasília, v. 17 n. 3, 2001.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michael Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *As Palavras e as Coisas*. Lisboa: Edições 70, 2005.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.

_____. *Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia*. In: MOTTA, Manoel Barros (org.). *Ditos e Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *Poder e Saber*. In: MOTTA, Manoel Barros (org.). *Ditos e Escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.